



## RESENHA

### Comentário Crítico ao Livro “Universidade Inacabada: razão e precariedade”, de João dos Reis Silva Júnior

Carlos Lucena<sup>1</sup>

---

SILVA JÚNIOR, J. dos R. **Universidade Inacabada: razão e precariedade**. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 2025.

---

O livro *Universidade Inacabada: razão e precariedade*, de João dos Reis Silva Júnior, inscreve-se com vigor no debate estrutural sobre a universidade pública brasileira sob o domínio do capitalismo dependente. Seu fio condutor não se limita à descrição das mutações ocorridas nas últimas décadas, mas se lança na tarefa analítica de compreender a universidade como instância de mediação contraditória entre capital, Estado e trabalho. Estruturada sob o peso da razão dualista — conceito desenvolvido a partir de Francisco de Oliveira —, a obra propõe uma leitura crítica que se afasta tanto da nostalgia quanto das ilusões reformistas do presente. Neste comentário, buscarei apresentar, em fluxo contínuo, os principais eixos da obra, suas categorias teóricas, o mapeamento empírico que a sustenta e os pontos de ruptura que ela oferece ao pensamento educacional e político no Brasil.

A *Universidade Inacabada* não é um conceito metafórico, mas a formalização teórica de uma instituição que nunca se constituiu de forma plena como pública, popular e republicana. Para compreendê-la, João dos Reis se ancora na crítica da “razão dualista”, um dispositivo analítico que revela a convivência entre formas sociais arcaicas e modernas, típicas e atípicas, precárias e de excelência, no interior de uma mesma estrutura institucional. Esta dualidade — profundamente enraizada no capitalismo periférico — funda a coexistência perversa entre a

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0546-5053>. E-mail: [lucenabonsais@gmail.com](mailto:lucenabonsais@gmail.com)

excelência acadêmica e a precarização laboral, entre o saber como valor e a produção de conhecimento como fetiche. A universidade brasileira, sob esse paradigma, é inacabada não por acidente, mas por projeto histórico.

Nos primeiros capítulos, o autor reconstrói, com fôlego empírico e teórico, o processo de modernização conservadora da universidade pública brasileira. A expansão do ensino superior, impulsionada por políticas públicas como o Reuni e o FIES, longe de representar um processo democrático de universalização, consolidou um sistema dual e hierárquico. De um lado, centros consolidados de pesquisa e excelência científica; de outro, campi interiorizados, cursos noturnos, professores substitutos, contratos temporários e uma massa estudantil empobrecida e racializada. O “acesso ampliado” se deu sem que se tocasse nas bases oligárquicas do financiamento, da valorização epistemológica e da carreira docente. Trata-se de uma expansão quantitativa que manteve intactas as desigualdades estruturais.

A análise do Reuni ocupa papel central nesse diagnóstico. Longe de ser uma política neutra de ampliação da infraestrutura universitária, o Reuni aparece como catalisador da financeirização do fundo público e da reorganização do trabalho acadêmico. Os dados mobilizados pelo autor mostram que a ampliação de vagas foi acompanhada por cortes orçamentários, congelamento de salários, adoecimento docente e intensificação do produtivismo acadêmico. A figura do professor-pesquisador é, então, atravessada por uma exigência paradoxal: ser, ao mesmo tempo, gestor, mentor, pesquisador e executor de políticas de inovação, tudo isso sob o signo da escassez e da submissão a métricas de avaliação. O autor chama isso de “precariedade estruturada por excelência”, apontando que a excelência deixou de ser um projeto coletivo e passou a ser instrumento de distinção e hierarquização institucional.

Outro ponto de inflexão do livro está na crítica à financeirização da universidade. João dos Reis mostra que, no capitalismo dependente,

a financeirização não se resume à lógica bancária ou ao investimento em papéis: ela se manifesta na lógica de funcionamento das instituições públicas, inclusive nas universidades. O fundo público — historicamente associado à redistribuição e ao financiamento das funções sociais — é capturado por mecanismos de pagamento da dívida, metas fiscais e estímulo ao setor privado. A universidade, por sua vez, é forçada a operar como uma empresa reputacional, convertendo seus indicadores em ativos simbólicos para disputar recursos escassos. A pesquisa científica transforma-se em ativo intangível, passível de valoração nos circuitos globais de inovação. É nesse ponto que o autor articula com precisão a obra de Eleutério Prado, Leda Paulani e Nancy Fraser: o saber é capturado como valor, a ciência vira commodity, o professor vira gestor de si.

O que se configura, então, é a universidade como instância de produção de valor simbólico sob a forma de capital reputacional. Os rankings internacionais, os relatórios da Capes, os indicadores de produtividade e os editais de fomento estruturam uma gramática da obediência, que impõe à comunidade acadêmica uma cultura de compliance e autocontrole. Neste contexto, o livro mostra como a avaliação — que deveria ser instrumento de regulação republicana — converte-se em vetor de concentração de poder. As universidades mais ricas, com mais redes de pesquisa, com mais fluência na linguagem da excelência, reproduzem o ciclo do prestígio e da captação de recursos. As demais, situadas nas periferias geográficas e epistemológicas, tornam-se prestadoras de serviços educacionais de baixa complexidade.

É nesse terreno que o autor aprofunda o conceito de apartheid acadêmico, o qual remete não apenas a desigualdades materiais, mas também à exclusão epistêmica e simbólica. O apartheid não é apenas entre instituições; ele se realiza dentro da própria universidade, entre departamentos, cursos e perfis de alunos. A coexistência entre a universidade que brilha nos rankings internacionais e a universidade que se esfarela nos rincões do país revela a natureza excludente e seletiva do

sistema. O ensino noturno, os cursos de formação docente, os campi interiorizados e as áreas das humanidades convivem com estruturas marcadas pela obsolescência, pela falta de financiamento e pela desvalorização curricular. A “universidade da métrica” silencia essas diferenças ao imputar a todos os sujeitos acadêmicos os mesmos critérios de avaliação, ignorando suas condições estruturais e históricas.

O livro também realiza uma crítica contundente ao produtivismo acadêmico. A intensificação das exigências de publicação, a conversão da pesquisa em métrica, a captura da extensão por indicadores e a transformação do ensino em carga horária quantificável são apresentados como sintomas de uma lógica expropriatória. O tempo do professor, seu engajamento ético com o saber, sua dedicação formativa, tudo isso é subsumido à lógica da entrega. A subjetividade docente é capturada por um imperativo de performance que dissolve os vínculos de pertencimento e desestrutura o sentido do ofício intelectual. A universidade aparece, então, como um território de sofrimento: burnout, depressão, ansiedade, desistência, afastamentos médicos e uma profunda sensação de inutilidade atravessam o cotidiano acadêmico. O autor, neste ponto, se insere numa linhagem crítica próxima de Ruy Braga e Ricardo Antunes, mas oferece um salto a mais ao articular sofrimento e razão dual da dependência como estruturas correlatas.

O capítulo dedicado à juventude universitária é de grande importância política. João dos Reis demonstra que o perfil estudantil das universidades públicas mudou radicalmente nas últimas duas décadas. O ingresso de jovens negros, pobres, periféricos, cotistas, mães solo, trabalhadores precarizados — em especial no turno noturno e nos cursos de menor prestígio — foi acompanhado por uma gramática institucional que não reconhece seus modos de saber, suas trajetórias e seus tempos sociais. O autor aponta que esses sujeitos são tratados como “estranhos internos”, ou seja, são admitidos, mas não legitimados. Sua linguagem, seus desejos, seus conflitos e suas culturas são silenciados em nome da padronização acadêmica. A universidade exige que esses sujeitos

performem um ideal de aluno que nunca foi construído para eles. A gramática da excelência imposta aos docentes também incide sobre os estudantes, reforçando hierarquias, exclusões e ressentimentos.

Na parte final da obra, o autor propõe uma inflexão: longe de encerrar o livro em um diagnóstico niilista, ele aposta na possibilidade de reinvenção da universidade. Para isso, propõe a figura da *universidade insurgente*, uma instituição que rompe com o *script* da obediência e se ancora na solidariedade, na escuta e na reconstrução do comum. Essa universidade não será forjada por decretos ministeriais, nem surgirá dos gabinetes reitores: ela emerge das brechas cotidianas, dos coletivos subalternos, das práticas que resistem à normatividade institucional. O comum, tal como desenvolvido por Dardot e Laval, é apresentado como horizonte e método de luta. A universidade insurgente é aquela que recusa o produtivismo e sustenta o direito ao tempo, à dúvida e ao pensamento.

O autor recupera, com elegância, o conceito de *tempo roubado* como síntese dos processos analisados. O tempo — vivido, reflexivo, experimental — é retirado do professor e do aluno, capturado por plataformas, indicadores e algoritmos. A universidade, que deveria ser território da lentidão criadora, torna-se máquina de urgência, fábrica de resultados, palco de exaustão. Ao mobilizar essa categoria, o livro não apenas denuncia, mas convoca: é preciso restaurar o tempo como bem comum, como condição para o pensamento crítico e a existência coletiva. O tempo roubado, portanto, não é apenas um diagnóstico; é uma chave para imaginar uma política radical do saber.

Por fim, cabe destacar o estilo do texto, que não se rende ao academicismo opaco nem à facilidade panfletária. A escrita é erudita, crítica, sofisticada, mas também atravessada por indignação e afeto. Há momentos em que o autor fala com raiva, outros com tristeza, outros ainda com ironia fina. Essa multiplicidade tonal não é artifício retórico, mas estratégia política: a linguagem do livro é também campo de disputa. O leitor é convocado não apenas a compreender, mas a sentir



e a agir. Neste sentido, *Universidade Inacabada* é obra de combate — não contra sujeitos individuais, mas contra as estruturas que expropriam, silenciam e mutilam o sentido da universidade pública.

Diante do exposto, o livro *Universidade Inacabada: razão e precariedade* firma-se como uma das mais relevantes contribuições ao pensamento crítico sobre a universidade brasileira no século XXI. Sua força está na capacidade de articular teoria e empiria, estrutura e subjetividade, denúncia e horizonte. A universidade ali descrita não é apenas aquela que conhecemos: é aquela que nos habita, que nos exige, que nos fere — e que, por isso mesmo, ainda pode ser reinventada.

Uberlândia, Inverno de 2025.

Recebido em: 16 de abril de 2025.

Aprovado em: 27 de julho de 2025.

Publicado em: 01 de agosto de 2025.

